

Resumo

Este documento apresenta uma iniciativa do BNDES para reflexão sobre os principais “Desafios do Desenvolvimento do Brasil”, no horizonte de longo prazo (2035), realizada no contexto do processo de reflexão e planejamento do Banco, iniciado em agosto de 2017. O trabalho foi aprofundado e ampliado com contribuições de especialistas de instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF), estando representadas as cinco macrorregiões brasileiras. O objetivo deste texto é reunir, de forma bastante sintética, um conjunto de agendas para debate. Com base em uma definição ampla do desenvolvimento, os “desafios” foram agrupados em três dimensões: econômica, social e ambiental. Para cada dimensão, depois da identificação de seus principais entraves, foram estabelecidos temas e subtemas para os quais é exposta uma visão de longo prazo, bem como as diretrizes e estratégias para alcançá-la.

Palavras-chave: Brasil. Desenvolvimento sustentável. Planejamento estratégico. Estratégia de longo prazo. Instituições de desenvolvimento.

Abstract

This document presents a BNDES's initiative for discussing the main “Development Challenges of Brazil” in a long-term perspective (2035). This document reflects views and perspectives resulting from the BNDES's strategic planning process that started in August 2017. The content has been deepened and expanded by the contributions of many development's specialists working on the “National Development Financial System”, representing all five Brazilian macro-regions. The purpose of this document is to gather, in a very synthetic way, a set of national development agendas, for public debate. Starting from a broad definition of development, the “challenges” were grouped into three dimensions: economic, social and environmental. For each of these, long-term visions, guidelines and strategies will be presented.

Keywords: Brazil. Sustainable development. Strategic planning. Long-term strategy. Development institutions.

Introdução

Em agosto de 2017, o BNDES iniciou um amplo processo de reflexão e planejamento estratégico, por meio do projeto Desenvolvendo Futuros.¹ Entre as premissas do projeto, duas ressaltavam-se: a necessidade de engajar os funcionários do Banco no planejamento da casa e a necessidade de ampliar a escuta externa.² O conteúdo deste artigo reflete esse duplo esforço e traz as principais conclusões do produto “Desafios do Desenvolvimento do Brasil”.

Como é comum em projetos de reflexão e planejamento estratégico, partiu-se de um conjunto amplo de diagnósticos dos ambientes externo e interno.³ Sendo, porém, o BNDES um banco de fomento estatal, os funcionários – inspirados no espírito de construção coletiva do planejamento – foram convidados a fazer uma reflexão sobre os principais desafios e oportunidades não apenas para o Banco, mas também para o desenvolvimento do país.

1 A Roland Berger Strategy Consultants auxiliou o BNDES em seu processo de planejamento e reflexão estratégica, concluído em março de 2018 (a implementação iniciou-se em abril do mesmo ano).

2 Dentre as outras premissas do projeto, também se destaca a de conduzir desde o princípio discussões de curto, médio e longo prazo. Para avançar na perspectiva de longo prazo, foram utilizados também cenários estratégicos, formulados ao longo do projeto. Tal abordagem se soma à tradição do BNDES de utilização de cenários para a reflexão e o planejamento (ver CASTRO, 2017; CASTRO; LEAL, 2017).

3 Esses diagnósticos foram elaborados por meio das seguintes atividades: entrevistas internas e externas, estudo de *benchmarking* de outros bancos de desenvolvimento, pesquisa com o corpo funcional, pesquisa com clientes, oficinas de reflexão, estruturação de discussões em redes de conhecimento, análise de informações internas e reuniões com especialistas.

A convicção inicial era de que existiam inúmeros diagnósticos (muitos deles consensuais), bem como diversas propostas para superação dos principais entraves ao desenvolvimento brasileiro. Era preciso, porém, reuni-los e consolidá-los, fornecendo visões alternativas de um futuro mais promissor.

No âmbito do projeto de planejamento, a reflexão sobre os desafios do desenvolvimento era vista como necessária, em primeiro lugar, para revisitar (com outros elementos de análise) a própria identidade do Banco. Em segundo, era importante para hierarquizar desafios-país, contribuindo, portanto, para a definição de prioridades de atuação do Banco. Em terceiro, pretendia-se, com o exercício de reflexão, difundir o sentido de propósito da instituição. Por fim, havia o desejo de transformar o produto da reflexão em uma proposta de agenda a ser compartilhada com outras instituições, para debate.

À medida que o produto “Desafios do Desenvolvimento do Brasil” ganhava seus contornos, porém, percebeu-se que, além de compartilhar o trabalho, a própria elaboração do conteúdo seria amplamente beneficiada pela escuta de nossos parceiros no fomento ao desenvolvimento. O documento, se construído coletivamente, poderia usufruir do conhecimento acumulado de atores que vivenciam com intensidade as diferentes realidades regionais do país. Assim, nasceu a ideia de convocar *workshops* com as instituições do SNF, por meio da Associação Brasileira de Desenvolvimento Econômico (ABDE),⁴

4 A ABDE, criada em 1969, “reúne as instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) espalhadas por todo o país – entre bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por estados da federação, bancos cooperativos, bancos públicos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento e agências de fomento –, além da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Juntas, essas instituições compõem o Sistema Nacional de Fomento (SNF)”. Disponível em: <<http://www.abde.org.br/ABDEOque.aspx>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

para, assim, de forma coletiva, construir e revisar as agendas que agora se apresentam.

A fim de manter a fidedignidade das discussões e agendas propostas, mas também buscando evitar um texto que consistisse apenas em uma coleção das “fichas-síntese” elaboradas, buscou-se aqui uma solução intermediária. Aquelas questões consideradas “grandes temas” do desenvolvimento foram apresentadas sob a forma de texto corrido (preservando ao máximo os termos originalmente utilizados). Já os “subtemas” (que totalizam 38) foram mantidos em suas formas originais de “fichas” e incluídos no Anexo 7. Dessa forma, o artigo foi organizado em oito seções. A próxima descreve a metodologia, os aprendizados, as “ideias-força” e os entraves ao desenvolvimento. A justificativa para juntar todos esses aspectos é registrar os aprendizados institucionais dessa construção coletiva de agendas.

A terceira, quarta e quinta seções identificam, respectivamente, as “visões”, “diretrizes” e “estratégias” elaboradas para os “grandes temas”, abordados de forma não exaustiva. Evidentemente, como é próprio dos processos de desenvolvimento, existe forte relação inter e intratemas nas distintas dimensões. Nesse sentido, a divisão temática deve ser entendida como um esforço de organização e simplificação. A sétima seção, por fim, faz breve menção a outras publicações e iniciativas do BNDES relacionadas ao assunto, em um *box*. Breves considerações finais são discorridas na oitava seção.

Metodologia, aprendizados, “ideias-força” e entraves do desenvolvimento brasileiro

No âmbito do projeto Desenvolvendo Futuros, do BNDES, foram realizadas duas oficinas em que se perguntava aos participantes quais seriam os principais “Desafios do Desenvolvimento do Brasil”.⁵ Havia o intuito de consolidar diagnósticos, mas também uma pretensão de, com isso, recolocar o tema do desenvolvimento no centro do debate nacional. Além da perspectiva macroeconômica, que tem dominado a agenda do país, via-se no planejamento uma oportunidade de reposicionar o BNDES como ator relevante também para a elaboração de uma agenda nacional de desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões.

Embora as oficinas tivessem permitido um panorama de questões econômicas, sociais e ambientais, o grau de aprofundamento dos diferentes tópicos revelou-se desigual – o que requeria um trabalho de uniformização e aprofundamento. Havia, porém, um problema mais grave: o uso do termo “desafios” gerara dificuldades analíticas, pois as redações enfatizavam ora “entraves/barreiras”, ora “objeti-

5 Atividades realizadas como parte da fase de diagnósticos, considerada necessária para a própria definição da identidade do BNDES e de suas diretrizes de longo prazo. Inicialmente, foram propostas duas oficinas para empregados do BNDES: uma com convidados indicados por executivos do Banco e outra de livre participação. Juntas, essas oficinas reuniram cinquenta empregados. Os participantes encontram-se enumerados no Anexo 4. A atividade contou com o apoio da consultoria Roland Berger. Vale registrar alguns aprendizados dessa experiência. Na primeira oficina, grupos de cinco a seis participantes registraram os principais desafios utilizando dinâmicas de grupo e *post-its*. Esse método não se revelou adequado, tendo sido substituído pelo uso de “fichas” em *laptop*, na segunda oficina, que permitiram registro mais aprofundado das discussões.

vos/metast”. A solução foi aproveitar os principais *insights* das duas oficinas, mas aprimorar a discussão de forma mais estruturada, com um grupo menor de analistas – e assim foi feito.⁶

Formado o grupo, a primeira decisão a ser tomada era se o trabalho deveria ser orientado pelas agendas globais – em particular, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) –, ou se deveria ser mais centrado nos “grandes desafios brasileiros”. Embora se reconhecesse a importância da explicitação de orientações voltadas para os ODS no planejamento do BNDES, dado o grande número de submetas dessa agenda (169 – número compreensível por sua pretensão de discussão global), decidiu-se por manter o foco nos desafios nacionais. O comitê gestor do projeto recomendou, porém, que fosse feito, posteriormente, um esforço de correspondência entre os temas dos “Desafios do Desenvolvimento” e os ODS (ver Anexo 5).

O trabalho iniciou-se, como não poderia deixar de ser, pela busca de uma definição do termo “desenvolvimento”. Como todos aqueles que lidam com o tema sabem, esta é uma tarefa nada simples, visto que o conceito evoluiu ao longo do tempo na literatura. Buscou-se uma definição ampla, relativamente consensual, mas que, ao mesmo tempo, passasse mensagens importantes. O resultado foi:

Desenvolvimento é a transformação de uma determinada realidade com crescimento de renda por habitante, melhoria da distribuição de renda, redução das desigualdades e elevação dos padrões de vida da população, de forma sustentável.

6 Participaram desse trabalho 15 especialistas do BNDES, enumerados no Anexo 3.

Pressupõe-se a orquestração de uma estratégia de desenvolvimento, em que instituições estejam coordenadas e orientadas por missões (BNDES, 2018e, p. 8).

Essa definição contém duas dimensões a serem enfatizadas: (i) desenvolvimento é, sobretudo, um processo de transformação; e (ii) desenvolvimento requer um esforço institucional em todas as suas dimensões – exige coordenação entre instituições e organismos, na direção de objetivos comuns.

Usando o termo “transformação” como mote, passou-se a explicitar as dimensões do desenvolvimento – o que de novo exigia uma escolha: usar o termo socioambiental, contemporâneo, ou dividir a discussão? Optou-se pela segunda alternativa, para que cada uma recebesse igual atenção. Iniciou-se, então, a segunda etapa do trabalho: definir ideias-força para cada dimensão. O resultado encontra-se na Figura 1.

Figura 1 • Ideias-força do desenvolvimento



Fonte: BNDES (2018e).

As ideias-força enfatizam a produtividade e competitividade sistêmica e a necessidade (difícil tarefa) de romper com os ciclos de retroalimentação da pobreza e da desigualdade, atuando em múltiplas frentes. Na dimensão ambiental, o posicionamento foi mais ousado: colocar o Brasil com protagonismo na agenda internacional. A visão foi de que, sim, o país tem esse potencial – mas, para exercê-lo, são necessários muitos esforços.

Quais seriam os entraves para o alcance de tais objetivos? A terceira etapa do trabalho foi justamente reunir, em um grande esforço de síntese e priorização, os principais obstáculos ao desenvolvimento (Figura 2). Por exemplo, para a ideia-força de aumentar a produtividade e competitividade sistêmica, um dos entraves ressaltados foi a “baixa complexidade da estrutura produtiva”, que se revela no foco excessivo em *commodities*, na reduzida participação da indústria de transformação, no predomínio de serviços de baixo valor agregado e nos baixos incentivos a uma transição para a economia do conhecimento. Para o tema da desigualdade, foram destacadas as desigualdades de renda, pela severidade da situação brasileira a despeito de avanços obtidos, e a desigualdade regional. O tema das desigualdades regionais foi tratado separadamente, em função de ser esta uma missão estratégica para muitas das instituições que participaram do *workshop* e também para o BNDES.⁷

A quarta etapa do trabalho envolveu a definição dos principais temas, relacionados, direta ou indiretamente, aos entraves. Cada um desses foi, posteriormente, dividido em seus respectivos subtemas (gerando um total de 38 subtemas). Assim, na dimensão ambiental, por exemplo, os grandes temas foram atuar na vanguarda da agenda ambiental e ter sustentabilidade como base para o desenvolvimento, conforme expresso na Figura 3.

7 As questões relativas a desigualdade de acesso a bens e serviços públicos e desigualdade racial e de gênero foram abordadas em outros temas do desenvolvimento.

Figura 2 • Principais elementos dos entraves ao desenvolvimento no Brasil

 Econômicos	 Sociais	 Sustentabilidade
Baixa produtividade e competitividade	Baixa Mobilidade Social	Falta de empoderamento/ sustentabilidade das cidades
Formação/qualificações reduzidas	Educação com baixa qualidade e com problemas de acesso	Modelo inadequado e desigual de uso/ocupação do solo
Infraestrutura insuficiente	Barreiras sociais, raciais e culturais	Transportes públicos desestruturados e insuficientes
Falta de ecossistema propício à inovação	Acesso precário a bens e serviços públicos	Falta de acesso a saneamento de qualidade
Baixa visão estratégica no desenho dos mecanismos de proteção	Falta de oportunidades de trabalho	Estruturas de financiamento e repasses insuficientes
Barreiras aos negócios	Informalidade do mercado de trabalho	Baixa coordenação entre órgãos públicos
Burocracia, insegurança jurídica e regulatória	Oferta de trabalho insuficiente e precária	Internalização efetiva da dimensão ambiental
Complexidade e ineficiência tributária	Desincentivos tributários	Baixa consciência para a cidadania ambiental e falta de métricas de controle para participação social
Restrições à concorrência	Barreiras ao acesso a bens públicos	Ausência de instrumentos (econômicos e legais) que internalizem custos ambientais nas decisões dos agentes
Sistema financeiro pouco desenvolvido	Infraestrutura pública insuficiente/ desigual	Visão de curto-prazo da causalidade/ impactos ambientais
Taxas de juros elevadas	Modelo de prestação de serviço concentrado e planejado	Falta de orientação à economia verde
Mercado de capitais pouco expressivo e mercado bancário concentrado	Viabilidade econômica reduzida p/ áreas pouco adensadas	Ausência de conciliação das agendas ambiental e econômica
Restrições ao crédito, especialmente para MPMEs e LP	Sistema tributário regressivo	Desperdício de recursos ambientais
Inserção internacional periférica	Deficiências na Gestão Pública	Falta de cobrança de passivos ambientais
Gargalos nas conexões logísticas	Carência de consciência p/ a cidadania/identidade cultural	Ausência de estratégia nacional para alavancar biodiversidade e economia de baixo carbono
Sistemas de apoios públicos insuficientes	Desigualdade	Acesso reduzido a insumos para a viabilidade da economia verde
Apreciação cambial e elevada volatilidade	Desigualdade de renda	
Falta de estratégia para inserção qualificada	Desenvolvimento Regional Desigual	
Baixa complexidade da estrutura produtiva	Mudança na Pirâmide Demográfica	
Foco excessivo em commodities		
Reduzida participação da indústria de transformação		
Predomínio de serviços de baixo valor agregado		
Baixos incentivos para transição da economia do conhecimento		

Fonte: BNDES (2018e).

Figura 3 • “Grandes temas” do desenvolvimento brasileiro

 Econômicos	 Sociais	 Sustentabilidade
1  Transformação produtiva e da infraestrutura econômica	5  Transformação social e cidadã permanente e continuada	8  Vanguarda na agenda ambiental
2  Inserção internacional competitiva	6  Coesão territorial e direito à cidade	9  Sustentabilidade como base para o desenvolvimento
3  Avanço tecnológico contínuo e protagonismo em áreas-chave	7  Desenvolvimento regional	
4  Financiamento ao desenvolvimento		

Fonte: BNDES (2018e).

Figura 4 • Representação das instituições de fomento participantes do *workshop* na reunião da Comissão de Estudos e Pesquisas da ABDE



Fonte: Elaboração própria.

A quinta etapa foi se dedicar aos subtemas (ver Anexo 6). Para evitar que o conteúdo tendesse a uma visão muito particular do BNDES, surgiu a ideia de realizar um *workshop* com a participação de especialistas de outras instituições de fomento ao desenvolvi-

mento membros da ABDE.⁸ Participaram dessa etapa cerca de oitenta especialistas (enumerados no Anexo 2) de vinte instituições de fomento ao desenvolvimento (listadas no Anexo 1), abrangendo instituições nacionais, regionais e estaduais, estando representadas as cinco macrorregiões brasileiras, conforme ilustrado na Figura 4.

Nas próximas três seções, apresentam-se as visões, diretrizes e estratégias de cada um dos temas enumerados na Figura 3, segundo as dimensões econômica, social e ambiental. Por seu grande número, decidiu-se por apresentar os subtemas sob a forma de fichas incluídos no Anexo 7.

Agenda de desenvolvimento para a dimensão econômica

Na dimensão econômica, os quatro temas selecionados foram: (i) transformação produtiva e da infraestrutura econômica; (ii) inserção internacional competitiva; (iii) avanço tecnológico contínuo e protagonismo em áreas-chave; e (iv) financiamento ao desenvolvimento.

Transformação produtiva e da infraestrutura econômica

Para esse tema, a visão de futuro definida foi a mudança permanente da estrutura produtiva em direção a bens e serviços mais complexos,

⁸ Esse trabalho se deu por meio do *workshop* Desenvolvendo Futuros, realizado nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2018, no BNDES, em reunião da Comissão de Estudos e Pesquisas da ABDE. A dinâmica foi realizada em três etapas: elaboração das fichas de subtemas em subgrupos, subsidiando a etapa seguinte de revisão das fichas de temas em grupos por temas, e, por fim, a apresentação e validação das fichas de cada um dos temas em plenária com todos os participantes. Registre-se que, antes do referido *workshop*, foi realizada uma dinâmica-piloto para preenchimento de quatro fichas, em reunião de planejamento da ABDE, realizada no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em dezembro de 2017.

com uso intensivo de tecnologia e com maior produtividade, por meio de três motores: consumo de massa, atividades baseadas em uso sustentável dos recursos naturais e infraestrutura.

As diretrizes traçadas foram:

- maior provisão e integração dos serviços de infraestrutura (potencializando suas externalidades);
- retomada da participação da indústria no produto interno bruto (PIB) a partir de bens mais sofisticados e complexos (com potencial de exportação);
- maior integração entre a produção industrial e os serviços intensivos em conhecimento; e
- manutenção das vantagens competitivas existentes ligadas ao uso sustentável de recursos naturais.

Em seguida, foram priorizadas as estratégias. No que se refere à infraestrutura, foram destacadas a construção do planejamento da infraestrutura para o aumento da produtividade, competitividade e acessibilidade, e a implantação de infraestrutura baseada em modos integrados e perfil renovável da matriz energética.

Relativamente à estrutura produtiva, definiu-se a estratégia de (re)industrialização com base em desafios/missões (por exemplo, envelhecimento populacional, defesa nacional, economia verde e combate à fome), bem como o reforço dos encadeamentos produtivos tradicionais que expressam competitividade potencial e o adensamento de cadeias relacionadas às atividades baseadas em recursos naturais (*resource-based strategy*). Concernente à agenda de inovação, deu-se foco à economia do conhecimento e aos setores/produtos emergentes, reforçando os encadeamentos produtivos de alta densidade tecnológica (vislumbrando saltos de desenvolvimento do tipo *leapfrog*).

Adicionalmente, conforme consta na subseção Subtemas da dimensão econômica do Anexo 7, foram elaboradas fichas para os seguintes subtemas: logística, energia, telecomunicações, indústria, agricultura, e comércio e serviços.

Inserção internacional competitiva

A visão de futuro definida foi ser um país relevante e influente em comércio e investimento em setores de alto valor agregado, intensivos em conhecimento e dinâmicos no mercado internacional.

Entre o conjunto de diretrizes relativas aos fluxos econômicos internacionais, explicitou-se **eleva**r as **exportações líquidas** brasileiras (ampliando a participação das exportações brasileiras no mercado internacional) e adensar as cadeias produtivas domésticas relacionadas a setores exportadores de alta complexidade, bem como ampliar o número de empresas brasileiras atuando no exterior e a presença e as receitas provenientes de subsidiárias brasileiras no exterior. Quanto ao posicionamento geopolítico do país, foi destacada a diretriz de expandir a relevância do Brasil em organizações internacionais e fóruns comerciais e financeiros.

Em seguida, foram priorizadas as estratégias. Em relação aos fluxos econômicos internacionais, foram incluídas:

- desenvolver novos instrumentos de apoio e aperfeiçoar a estrutura, as instituições e os mecanismos do sistema de apoio ao comércio exterior e à internacionalização de empresas;
- reduzir as deficiências de infraestrutura associadas ao comércio exterior;
- reforçar iniciativas e instrumentos de defesa comercial; e

- rever o sistema de tributação (de exportadores e fornecedores, importações/*drawback* e investimento no exterior).

Por sua vez, no que se refere ao posicionamento geopolítico do país, foram destacadas as estratégias:

- promover interesses nacionais, em especial em comércio exterior, investimentos e integração, envolvendo a atuação de forma coordenada na defesa dos interesses comerciais e estratégicos do Brasil com o uso de instrumentos financeiros e diplomáticos (público-público);
- expandir a presença da diplomacia comercial brasileira em setores e países de maior potencial competitivo (público-privado);
- desenvolver iniciativas de integração regional; e
- participar de fóruns internacionais (em especial, para análise de temas comerciais, empresariais, financeiros e regulatórios, que sirvam à criação e/ou consolidação de espaços econômicos de que possam se beneficiar os agentes econômicos nacionais).

Adicionalmente, conforme consta na subseção Subtemas da dimensão econômica do Anexo 7, foram elaboradas fichas para os seguintes subtemas: exportação/importação/internacionalização; e posicionamento geopolítico em fóruns comerciais e financeiros.

Avanço tecnológico contínuo e protagonismo em áreas-chave

Para esse tema, a visão de futuro definida foi transformar a estrutura produtiva por meio da incorporação de atividades mais intensivas em tecnologia com foco em conhecimento, articulação de agendas e instituições, disponibilidade de recursos naturais e outros diferenciais do país.

Dentre as diretrizes propostas, destacaram-se três: elevar o investimento privado em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I); aumentar o número de empresas inovadoras, com foco em empreendedorismo de base tecnológica; e desenvolver oportunidades em biotecnologia. Relativamente ao desenvolvimento do capital humano, foram estabelecidas as seguintes diretrizes: expandir o número de formandos em ciências, tecnologias, engenharias e matemática (Stem, na sigla em inglês); e ampliar o número de mestres e doutores atuando no setor produtivo.

Em seguida, foram priorizadas as estratégias. Quanto ao desenvolvimento do ecossistema de inovação, destacaram-se: coordenar e otimizar ações de instituições públicas e privadas (tornando mais simbiótico o ecossistema de inovação); e garantir a continuidade e estabilidade de recursos para C,T&I e o monitoramento e avaliação (M&A) eficaz dos recursos aplicados, por meio de observatório das ações de C,T&I. Na mesma perspectiva, mas com foco em capital humano, foram explicitadas as estratégias de aprimorar o ensino de Stem e criar incentivos (bolsas etc.) para estudantes de dessas disciplinas e para atividades que promovam a criatividade, bem como de ampliar o conhecimento da língua inglesa dos profissionais brasileiros.

Por sua vez, para potencializar oportunidades, constaram as estratégias: estimular inovações provenientes de novos negócios e *startups* e acompanhar difusão de tecnologias emergentes (interconectividade, automação, energias, nanotecnologia, novos materiais e biotecnologias) com foco nas aplicações no Brasil.

Adicionalmente, conforme consta na subseção Subtemas da dimensão econômica do Anexo 7, foram elaboradas fichas para os seguintes subtemas: explorar e potencializar oportunidades existentes; e capital humano e ecossistema de inovação.

Financiamento ao desenvolvimento

Para esse tema, a visão de futuro definida foi a construção de um novo padrão inclusivo de financiamento capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

Entre o conjunto de diretrizes explicitado, na direção de melhores instrumentos de financiamento, constaram as seguintes: ampliar o compartilhamento de risco entre o setor público e o privado em créditos de longo prazo, bem como estimular o desenvolvimento do mercado primário e secundário de títulos corporativos e de outros instrumentos de dívida e de mercado de capitais domésticos e a inserção estrangeira. Especificamente em relação aos atores do SNF, incluiu-se como diretriz promover sua articulação e integração para reduzir a concentração e ampliar a eficiência e efetividade do sistema.

Quanto à agenda do desenvolvimento sustentável, constaram como diretrizes: promover *accountability* do sistema financeiro nacional (incluindo responsabilidade socioambiental do sistema); reduzir a desigualdade regional no acesso ao crédito e aumentar a inclusão creditícia; e alargar os mercados de finanças verdes e de finanças sociais e ampliar o financiamento à inovação.

Em seguida, foram priorizadas as estratégias. Na direção de melhores instrumentos de financiamento, as estratégias destacadas foram: usar novas tecnologias para ampliar o acesso ao crédito; desenvolver novos instrumentos de *hedge*, seguros e garantias (incentivando também o aumento dos prazos) e de avaliação de crédito (com atenção para evitar exclusão creditícia das micro, pequenas e médias empresas – MPME, empresas inovadoras e de capital intangível e da população menos favorecida); e ampliar a colocação de títulos no mercado internacional (em dólares, euros, reais etc.). Relativamen-

te ao SNF, constaram as seguintes estratégias: maior integração e alinhamento entre os planejamentos dos membros do SNF; criação de parcerias entre membros do SNF e destes com o terceiro setor; e aumento da captação no mercado doméstico e internacional de recursos para o SNF (por meio de títulos, empréstimos, securitização de carteiras etc.).

Especificamente à agenda de desenvolvimento sustentável, foram destacadas, por sua vez, as estratégias:

- avaliar/aprimorar os mecanismos de títulos incentivados e conceder para papéis verdes os mesmos incentivos hoje existentes na infraestrutura;
- aprimorar e difundir a avaliação de impactos (de planos, programas e projetos);
- fortalecer e ampliar o banco nacional de informações dos entes públicos e avaliar as metodologias (meta-avaliação);
- ampliar recursos para capital semente, incluindo não reembolsáveis; e
- conceder prioridade aos fundos de *venture capital* para inovação e *startups*.

Quanto à contribuição dos membros do SNF, foram estabelecidas as seguintes estratégias: viabilizar maior efetividade/eficiência do SNF por meio da concessão de mecanismos de incentivos (incentivos tributários, diferenciais regulatórios, acesso a fundos, garantias, entre outros); e fornecer microcrédito e *crowdfunding* para desenvolvimento local com integrantes do SNF, como *hubs*.

Adicionalmente, conforme consta na subseção Subtemas da dimensão econômica do Anexo 7, foram elaboradas fichas para os seguintes

subtemas: Sistema Nacional de Fomento (SNF) e desconcentração do crédito; crédito (acesso e gestão de riscos); mercado de capitais; e inserção financeira internacional.

Agenda de desenvolvimento para a dimensão social

Na dimensão social, os três temas considerados principais (detalhados adiante), foram: (i) transformação social e cidadã permanente e continuada; (ii) coesão territorial e direito à cidade; e (iii) desenvolvimento regional.

Transformação social e cidadã permanente e continuada

Para esse tema, a visão de futuro definida foi promover de forma sustentável e continuada a equidade de oportunidades e bem-estar e o exercício pleno da cidadania e identidade cultural, rompendo o ciclo de pobreza e a reprodução de desigualdades.

Entre as diretrizes destacadas, no que se refere a cidadania e cultura, incluíram-se as seguintes: acesso a bens e serviços públicos de qualidade; fortalecimento do protagonismo e da autonomia da população (promovendo “círculos virtuosos” de participação e controle social no planejamento e prestação de contas); e estímulo do senso de pertencimento da população (valorizando a identidade cultural).

Também foram explicitadas diretrizes setoriais, conexas a vários tópicos da visão de futuro, quanto à educação para cidadania e para o futuro (na perspectiva da economia do conhecimento), quais sejam: tornar o Brasil referência entre os sistemas universais de saúde (com

ênfase em prevenção e bem-estar); e ter uma segurança pública cidadã (que garanta ao brasileiro a liberdade de ir e vir, transacionar e se expressar em qualquer parte do país).

E, finalmente, de forma associada à equidade de oportunidades, foram destacadas como diretrizes: gerar trabalho e empregos dignos (nas diferentes regiões e territorialidades do país), promover igualdade (de gênero, raça e pessoas com deficiência) e combater a pobreza extrema e garantir a segurança alimentar.

Em seguida, foram priorizadas as estratégias. No que se refere à cidadania e identidade cultural, ressaltaram-se as seguintes:

- viabilizar arranjos inovadores de prestação de serviços públicos (em todo o território nacional);
- promover arranjos inovadores de participação e controle social efetivos (observadas localmente as características culturais e institucionais);
- atuar de forma diferenciada com o poder público, financiando investimentos para o desenvolvimento social e cultural (atrelados a metas de cobertura e desempenho); e
- preservar e valorizar o patrimônio imaterial e gerar atividades econômicas com base na identidade cultural das regiões.

Também foram explicitadas estratégias setoriais, a saber:

- alinhar esforços públicos e privados para acelerar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação;
- avançar nas competências para o terceiro milênio (com atenção à pirâmide demográfica);
- implantar modelos centrados na prevenção e bem-estar, com foco no cuidado com a saúde (e não no tratamento da doença);

- elaborar programas sociais articulados com a prevenção à violência; e
- combater o crime organizado por meio da ação articulada dos agentes de segurança pública.

Por fim, no que se refere à equidade de oportunidades, foi priorizada a articulação das ações de formação profissional e inclusão produtiva com as estratégias econômica e regional, para fomentar o empreendedorismo e a criação de trabalho e emprego dignos para a população (considerando a base produtiva territorial e com enfoque diferenciado para jovens e adultos mais vulneráveis).

Adicionalmente, conforme consta na subseção Subtemas da dimensão social do Anexo 7, foram elaboradas fichas para os seguintes subtemas: desigualdade e combate à pobreza e mobilidade social; emprego digno; cultura; saúde; segurança; educação; e direitos humanos, cidadania e participação social.

Coesão territorial e direito à cidade

Para esse tema, a visão de futuro definida foi a implementação da política urbana, garantindo a função social das cidades (com transparência na definição das prioridades de investimentos e a participação cidadã, de forma a viabilizar a prestação eficiente de serviços públicos, a racionalização da infraestrutura existente, o uso eficiente de recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida de todos nas cidades, com ênfase na sustentabilidade e redução das desigualdades).

Entre um conjunto de diretrizes, no que se refere a planejamento e gestão pública, ressaltaram-se as seguintes: fortalecer a capacidade fiscal e técnico-operacional do planejamento dos estados, municípios e empresas públicas; fortalecer a capacidade de gestão e coor-

denação entre órgãos públicos; e fomentar arranjos para ampliar a consciência socioambiental e participação cidadã. Alguns focos foram destacados, como: aumentar o investimento privado (coordenado pelo setor público); fortalecer a regulação (para equilibrar interesses privados e retorno social); promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura instalada; e organizar a expansão urbana e ampliar a qualidade e eficiência dos serviços urbanos.

Quanto às diretrizes de caráter mais setorial para a infraestrutura urbana (saneamento, mobilidade e habitação), estabeleceram-se a ampliação da oferta, a racionalização da infraestrutura existente (visando a redução de ineficiências e melhoria da qualidade do serviço prestado) e o aumento, continuidade e previsibilidade de financiamento para cada setor.

Em seguida, foram priorizadas as estratégias. Em relação ao planejamento e à gestão pública, foram incluídas: fomentar a qualificação da gestão pública e iniciativas e métricas de controle (para ampliar a participação social); induzir boas práticas de planejamento urbano sustentável; e estabelecer processos de monitoramento e avaliação (de políticas públicas e de investimentos realizados).

Quanto aos focos de atuação, foram enumeradas as estratégias:

- fortalecer cidades médias;
- fomentar investimentos que promovam regiões menos dinâmicas (na elevação da sua densidade econômica e complexidade produtiva);
- instaurar política tributária redutora de desigualdades;
- priorizar investimentos de infraestrutura urbana no orçamento público (com articulação com instrumentos de planejamento); e

- ampliar oferta de infraestrutura nas áreas de maior vulnerabilidade social e centros históricos degradados.

Finalmente, quanto às estratégias de caráter mais setorial para a infraestrutura urbana, foram destacadas as seguintes: fomentar programas habitacionais de interesse social e potencializar benefícios das novas tecnologias nas cidades (em especial, derivados da internet das coisas – IoT).

Adicionalmente, conforme consta na subseção Subtemas da dimensão social do Anexo 7, foram elaboradas fichas para os seguintes subtemas: planejamento, saneamento, mobilidade e habitação.

Desenvolvimento regional

Para esse tema, a visão de futuro definida foi o maior bem-estar da população, respeitando as potencialidades regionais, intensificadas e apropriadas localmente, de acordo com os pontos fortes, oportunidades e a realidade/cultura de cada região.

No que se refere ao planejamento, foram destacadas as diretrizes: fomentar o desenvolvimento endógeno e a inteligência competitiva local; enraizar o desenvolvimento por meio de priorização de projetos e alocação de recursos com alto grau de apropriação local (inclusive com forte encadeamento produtivo); e empoderar as demandas locais.

Foi também definida a diretriz de potencializar as forças das regiões que já são desenvolvidas (aumentar a produtividade), ao mesmo tempo que, por outro lado, de forma mais associada às desigualdades regionais, foi ressaltada a importância de identificar as potencialidades e oportunidades das regiões menos desenvolvidas (somente produtos de apoio financeiro com taxa diferenciada não

são suficientes), bem como de promover o acesso a crédito de longo prazo em todo o território nacional (visto que algumas instituições ainda não têm acesso ao crédito do BNDES) e de criar fundos próprios para o desenvolvimento de todas as regiões menos desenvolvidas (*funding* diferenciado).

Em seguida, foram priorizadas as estratégias. Em relação aos aspectos mais gerais das políticas de desenvolvimento, foram destacadas as seguintes: fomentar a criação e utilização de instrumentos financeiros inovadores de financiamento de projetos com impacto para o desenvolvimento; e estabelecer compromissos (entre governos estaduais e o Governo Federal) para constituir fundos próprios para o desenvolvimento regional.

Outra estratégia definida foi a de utilizar as instituições de fomento (conhecedoras das suas regiões) como protagonistas na promoção do desenvolvimento regional, envolvendo também sua contribuição para elaborar e viabilizar projetos. Além disso, foram ressaltadas também as seguintes estratégias: destinar recursos de órgãos multilaterais para projetos regionais específicos de cada instituição de fomento (“edital/limite” para desenvolvimento regional) e preparar as agências de fomento de pequeno porte para atingir um nível mínimo para utilizar os recursos do BNDES e/ou outros recursos para desenvolvimento regional.

Quanto à redução de desigualdades regionais, foram identificadas as estratégias de formação de parcerias para capacitações/criação de governança nos atores (atendendo às particularidades das regiões menos desenvolvidas) e de desenvolvimento de mecanismos para reduzir o impacto da inadimplência/risco (diante do fato de que regiões mais deprimidas têm baixa capacidade de pagamento).

Adicionalmente, conforme consta na subseção Subtemas da dimensão social do Anexo 7, foram elaboradas fichas para os seguintes subtemas: promover oportunidades regionais; redução de desigualdades regionais; pacto federativo; e gestão pública.

Agenda de desenvolvimento para a dimensão ambiental

Na dimensão ambiental, os dois temas principais foram: vanguarda na agenda ambiental e sustentabilidade como base para o desenvolvimento.

Vanguarda na agenda ambiental

Para esse tema, a visão de futuro definida para o Brasil foi ser protagonista internacional da agenda ambiental por meio da consolidação de ações internas de mitigação e adaptação climática e do incentivo ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e produtos de baixo carbono.

As diretrizes priorizadas foram:

- elevar a participação de fontes renováveis na matriz energética (elétrica e de transportes);
- aumentar a competitividade do setor de biocombustível;
- expandir os ganhos de eficiência energética em todos os setores;
- promover a captação de recursos e sua difusão por meio de novos produtos e instrumentos no mercado de finanças verdes; e

- participar ativamente de fóruns internacionais, exercendo liderança.

Em seguida, foram priorizadas as estratégias. No que tange à consolidação de ações internas de mitigação e adaptação climática, foi definida a inclusão das variáveis climáticas nos planos governamentais e planos diretores das cidades, bem como o estímulo de melhorias na eficiência energética de equipamentos utilizados nos setores da economia, por meio de híbridos etc.

Quanto ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e produtos de baixo carbono, destacaram-se as estratégias de incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias limpas no Brasil e no mundo e de adensar a cadeia produtiva da bioeconomia avançada. Além disso, foram identificadas as estratégias de promoção de *green bonds* e ampliação da difusão de recursos e fundos ligados a finanças verdes.

Adicionalmente, conforme consta na subseção Subtemas da dimensão sustentável do Anexo 7, foram elaboradas fichas para os seguintes subtemas: economia de baixo carbono; mudanças climáticas; protagonismo na agenda internacional; e captação e finanças verdes.

Sustentabilidade

Para esse tema, a visão de futuro definida foi ser um país de referência na promoção de atividades econômicas em bases sustentáveis.

No que se refere às diretrizes, foi destacada a importância de usar de forma sustentável os recursos naturais e com promoção de economias baseadas em ativos ambientais, bem como de recuperar a cobertura vegetal e reduzir o desmatamento com desenvolvimento sustentável. Além disso, foram consideradas necessárias as ações

de minimização da erosão da diversidade genética de plantas e animais e promoção da sustentabilidade hídrica, diante dos desafios climáticos.

Quanto ao posicionamento no Acordo de Paris, também foram definidas as diretrizes: atender às metas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) pelo Brasil e induzir melhores práticas socioambientais das empresas.

Em seguida, foram priorizadas as estratégias. Em relação à preservação ambiental, foram incluídas:

- promover atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da sociobiodiversidade;
- incentivar a adoção de estratégias setoriais que coíbam desmatamento ilegal;
- estruturar financiamento de recuperação da cobertura vegetal em escala; e
- criar instrumentos que internalizem riscos socioambientais nas decisões dos agentes.

Dentre as estratégias de integração, destacaram-se o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, para melhor integração da política de recursos hídricos com os setores de saneamento, irrigação, energia, turismo e logística; a promoção de sinergia entre órgãos ambientais (Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama), o SNF e outros atores (associações produtivas, órgãos governamentais etc.), para fomento, licenciamento e integração de informações; e a integração das políticas nacionais com agendas que reconheçam as particularidades dos territórios.

Por sua vez, no que se refere ao M&A, foram destacadas as estratégias: desenvolver metodologias de avaliação adequadas ao porte

do empreendimento e monitorar os impactos socioambientais da implementação de grandes obras e induzir medidas de mitigação.

Adicionalmente, conforme consta na subseção Subtemas da dimensão sustentável do Anexo 7, foram elaboradas fichas para os seguintes subtemas: biodiversidade e recursos naturais; economia de base florestal; internalização de riscos socioambientais nas decisões dos agentes; desmatamento; e gestão hídrica.

Outras iniciativas e publicações do BNDES

Os “Desafios do Desenvolvimento” somam-se a outras contribuições do BNDES de diagnósticos e propostas de agendas de desenvolvimento do país, sendo destacadas algumas iniciativas recentes no Box 1.

Box 1 • Iniciativas relacionadas – BNDES

Panoramas setoriais e Perspectivas do investimento

- *Panoramas setoriais 2030*: desafios e oportunidades para o Brasil. Apresenta perspectivas futuras, por meio de 15 estudos, abrangendo os principais setores da indústria, agricultura e infraestrutura (BNDES, 2017b).
- *Perspectivas do Investimento*, com projeções setoriais em horizonte de quatro anos. As projeções são atualizadas periodicamente. Sua última edição, em setembro (BNDES, 2017a), compreendeu o horizonte 2017-2020 e abrangeu 21 setores, dos quais 12 da indústria e nove da infraestrutura.
- *Panorama setoriais*: mudanças climáticas, abrange análise de seis setores industriais diante das mudanças climáticas (BNDES, 2016).
- Trabalhos precedentes:
 - *Perspectivas do investimento 2015-2018 e panoramas setoriais* (BNDES, 2014b).

- Coletânea “O BNDES em um Brasil de transição” (ALÉM; GIAMBIAGI, 2010), que incluiu artigos sobre setores industriais e de infraestrutura, bem como temas econômicos, sociais e ambientais.

Coletânea “Visão 2035: Brasil, país desenvolvido”

- Livroto Visão 2015 - Sinopse das agendas para alcance da meta (BNDES, 2018a), no qual se apresenta a síntese dos dois livros da série e contextualiza o trabalho no âmbito do Planejamento Estratégico do Banco.
- Visão 2035 – Agendas setoriais para o alcance da meta (BNDES, 2018b) versa sobre agendas em 17 setores da economia brasileira nas áreas de agricultura, infraestrutura, indústria e serviços.
- Visão 2035 – Agendas regionais para o alcance da meta (BNDES, 2018c) engloba estudos específicos para cada uma das macrorregiões brasileiras.
- Trabalhos precedentes:
 - *Um olhar territorial para o desenvolvimento*, que reúne artigos para cada uma das macrorregiões brasileiras, quais sejam, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (BNDES, 2014a).
 - *Amazônia em debate*: oportunidades, desafios e soluções (BNDES, 2010).

Propostas específicas recentes de agendas de futuro para o país

- Estudo *Internet das coisas*: um plano de ação para o Brasil (BNDES; MCTIC, 2018a). Esse estudo contou com ampla participação do governo e da sociedade e apresentou propostas em temas como regulação, infraestrutura e recursos humanos. Para aceleração da adoção de IoT, foram identificados casos de uso e recomendações em quatro ambientes prioritários (saúde, cidades, rural e indústria). Entre seus primeiros desdobramentos, está a *Cartilha de cidades* (BNDES; MCTIC, 2018b), com recomendações para os gestores públicos interessados em incorporar soluções de IoT, na perspectiva da promoção de cidades inteligentes, e o lançamento de uma iniciativa para apoio à experimentação e validação de IoT em projetos-piloto.
- *Guia TPC*: orientações para seleção da tecnologia e implementação de projetos de transporte público coletivo (TPC) (AMICCI *et al.*, 2018), voltado para o suporte dos gestores públicos das cidades na elaboração de projetos na área de mobilidade urbana.

Finalmente, a iniciativa dos “Desafios do Desenvolvimento do Brasil” evidenciou, para diversos temas abordados, a importância

do planejamento para a consecução das políticas públicas e, em especial, para o financiamento ao desenvolvimento. Para a atuação das instituições de fomento, uma das estratégias destacadas foi aprimorar e difundir a avaliação de impactos.

Nesse sentido, o BNDES, para além de sua contribuição no planejamento e financiamento ao desenvolvimento, vem desenvolvendo e adotando sistematicamente ferramentas e procedimentos de M&A dos resultados de seu apoio financeiro.⁹

Considerações finais

Este documento apresentou o produto “Desafios do Desenvolvimento do Brasil”, com agendas, na perspectiva de longo prazo, para a transformação da realidade econômica, social e ambiental. Com o horizonte de 2035, foram explicitadas a visão de futuro e as diretrizes e estratégias para um total de 47 temas e subtemas.

O desafio de elevar a produtividade e competitividade está no cerne da dimensão econômica, um trabalho que requer ações diversas e articuladas entre si. Na dimensão social, em suas múltiplas facetas, a ênfase do documento está em estratégias voltadas para romper o ciclo de reprodução da pobreza e das desigualdades. Na dimensão

⁹ Tais avanços na avaliação das suas atividades, em cerca de uma década, resultaram em relatórios de efetividade (BNDES, 2015; 2018d) e publicações sobre metodologia de contribuições para o desenvolvimento (nas dimensões economia nacional, ambiental, social, regional e cliente) como método de avaliação *ex ante* (ALMEIDA; BRAGA, 2017) e de uma prestação de contas da sua atuação no período 2001-2016 por meio do *Livro verde* (BNDES, 2017c). Em janeiro de 2018, a instituição deu um importante passo em direção à consolidação de seu sistema de M&A, com a aprovação do Macroprocesso de Promoção de Efetividade. Além disso, todas as avaliações de efetividade produzidas no âmbito do sistema de M&A do BNDES encontram-se, na íntegra, na página eletrônica: <www.bndes.gov.br/efetividade>.

ambiental, ressalta-se a ousadia da proposta de o Brasil se tornar protagonista na agenda internacional do clima. É preciso aliar a vocação brasileira a um posicionamento de vanguarda em iniciativas para a promoção da sustentabilidade.

Nessa percepção, o desenvolvimento sustentável não se dará de forma espontânea. Ele requer planejamento, agentes coordenados por missões, com atuação estratégica efetiva e uma visão compartilhada para a construção de um futuro mais promissor.

Referências

ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. *O BNDES em um Brasil de transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

ALMEIDA, H. T. V.; BRAGA, J. P. C. H. *Explicitando as contribuições para o desenvolvimento no BNDES: a tese de impacto de investimento em projetos (Tiip) como método de avaliação ex ante*. Rio de Janeiro: BNDES, set. 2017. (Textos para Discussão, 116).

AMICCI, A. G. N. *et al.* *Guia TPC: orientações para seleção de tecnologias e implementação de projetos de transporte público coletivo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2018. 265 p. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/guia-tpc>>. Acesso em: 23 maio 2018.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. 203 p.

_____. *Um olhar territorial para o desenvolvimento*. (Coleção.) 2014a. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/livros>> Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. *Perspectivas do investimento 2015-2018 e panoramas setoriais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014b. 196 p.

_____. *Relatório de Efetividade 2007-2014: a contribuição do BNDES para o desenvolvimento nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2015. 132 p.

_____. *Panoramas setoriais: mudanças climáticas*. Rio de Janeiro, 2016. 71 p.

_____. *Perspectivas do Investimento*. Rio de Janeiro, out. 2017a. Semestral.

_____. *Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil*. Rio de Janeiro, 2017b. 225 p.: il. color.

_____. *Livro verde: nossa história tal como ela é*. Rio de Janeiro, 2017c. 333 p.

_____. *Visão 2035: Brasil, país desenvolvido*. Sinopse das agendas para alcance da meta. Rio de Janeiro, 2018a.

_____. *Visão 2035: Brasil, país desenvolvido*. Agendas setoriais para o alcance da meta, v. 1. Rio de Janeiro, 2018b.

_____. *Visão 2035: Brasil, um país desenvolvido*. Agendas regionais para o alcance da meta, v. 2. Rio de Janeiro, 2018c.

_____. *Relatório de efetividade 2017: efetividade para um novo ciclo de crescimento econômico*. Rio de Janeiro, 2018d.

_____. *Desafios do desenvolvimento do Brasil* – Framework adotado e fichas produzidas no workshop com membros da ABDE. Apresentação. Rio de Janeiro, abril. 2018e. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/desenvolvimento-socioeconomico-estrategia-nacional/documentos-orientadores/desafiosdodesenvolvimento_20180508_v3_completo-150dpi.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL; MCTIC – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. Relatório Final do Estudo. Produto 9a. *Internet das coisas: um plano de ação para o Brasil*. jan. 2018a. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/pesquisaedados/estudos/estudo-internet-das-coisas-iot>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. *Cartilha de cidades*. 2018b. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/db27849e-dd37-4fbd-9046-6fda14b53ad0/produto-13-cartilha-das-cidades-publicada.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m7tz8bf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CASTRO, L. B. Continuidades, rupturas e lições: quatro experiências BNDES de cenários para planejamento estratégico. *Revista do BNDES*, n. 47, p. 165-204, jun. 2017.

CASTRO, L. B.; LEAL, R. M. Cenas – Financiamento de Longo Prazo. In: IPEA, ASSECOR. *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento*. Brasília, 2017. p. 203-218. cap. 17.

Anexo 1 – Instituições de fomento que participaram do *workshop* “Desenvolvendo Futuros”

1. ABDE – Associação Brasileira de Desenvolvimento Econômico
2. Afap – Agência de Fomento do Estado do Amapá
3. AgeRio – Agência Estadual de Fomento
4. AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
5. Badesc – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina
6. Badesul – Agência de Fomento do Rio Grande do Sul
7. Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S.A.
8. Basa – Banco da Amazônia
9. BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
10. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
11. BNB – Banco do Nordeste
12. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
13. BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
14. Caixa Econômica Federal
15. Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
16. Desenvolve MT – Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso
17. Desenvolve SP – Agência de Fomento Paulista
18. Finep Inovação e Pesquisa
19. Fomento Paraná – Agência de Fomento do Estado do Paraná S.A.
20. Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Fonte: BNDES (2018c).

Anexo 2 – Participantes do *workshop* “Desenvolvendo Futuros”

Coordenação do *workshop*: Rodrigo Mendes Leal (BNDES) e João Paulo Picanço (BNDES).

Tabela 1 • Participantes de instituições de fomento, exceto o BNDES

1. Adriano Miglio	BDMG
2. Alexandre Guerra de Araújo	Sebrae
3. Aline Mota	BRDE
4. Anderson Luiz P. de Souza	Badesc
5. Anésia Chaves Brasil Serrão	Afap
6. Antônio Carlos de Lima Borges	Basa
7. Beatriz Morgado Marcoje	ABDE
8. Cledione dos Santos Oliveira	Afap
9. Cristiane Vitorino	ABDE
10. Dalmo F. Soares	Caixa
11. Danielle Soares Paiva	Desenbahia
12. Edilson Fernandes de Assis	AGN
13. Fernanda Feil	ABDE
14. Gilmara Brancalion	Desenvolve SP
15. Giovanni Bevilacqua	Sebrae
16. Gustavo Alexandre Duda Mattana	Fomento Paraná
17. José Adolpho de Lima Avelino Vieira	Desenvolve MT
18. Lisiane Astarita	BRDE

(Continua)

(Continuação)

19.	Livia Marques Pimentel	ABDE
20.	Luciana Bittencourt	Finep
21.	Luciano Schweizer	BID
22.	Luiz Esteves	BNB
23.	Marcelo Camargo	Finep
24.	Marco Antonio A. Albuquerque Lima	ABDE
25.	Marcone Melo	BRDE
26.	Paulo Cesar Starke Junior	BRDE
27.	Pedro Mota Di Filippo	AgeRio
28.	Pedro Preussler	BRDE
29.	Renata Freire	Badesul
30.	Rodrigo Guimarães de Araújo	Bancoob
31.	Vera Regina Ferreira Carvalho	BRDE

Fonte: BNDES (2018e).

Tabela 2 • Participantes do BNDES

1.	Adriane Carine Bezerra de Mello da Silveira	11.	Carla Reis de Souza Neto
2.	Adriano Augusto Costa Caruba	12.	Carlos Henrique Reis Malburg
3.	Adriano Zanetti	13.	Ciro Magalhães de Melo Jorge
4.	Angela Albernaz Skaf	14.	Conrado Leiras Matos
5.	Ana Claudia Duarte de Alem	15.	Daniel Loureiro da Silva
6.	Anderson Marques	16.	Daniel Rossi Soeiro
7.	Andre Ferro dos Santos	17.	Fabiano Susin
8.	Andre Luiz Teixeira dos Santos	18.	Fabricio Bianchi Catermol Cunha
9.	Anie Gracie Noda Amicci	19.	Felipe Silveira Marques
10.	Artur Yabe Milanez	20.	Gabriel Ferraz Aidar

(Continua)

(Continuação)

21. Gabriel Lourenco Gomes	38. Marcus Vinicius Macedo Alves
22. Guilherme Baptista da Silva Maia	39. Marta Bandeira de Freitas
23. Gumersindo Sueiro Lopez Junior	40. Osmar Cervieri Junior
24. Helena Werneck Guimaraes Lontro	41. Patricia Zendron
25. Joao Fabio Franco Ferreira	42. Paulo Fernandes Montano
26. Job Rodrigues Teixeira Junior	43. Pedro Quaresma de Araujo
27. Lavinia Barros de Castro	44. Raphael Stein
28. Leonardo Botelho Ferreira	45. Rodrigo Ferreira Madeira
29. Leticia Barbosa Pimentel	46. Romulo Tavares Ribeiro
30. Ligia Barros das Chagas Ferreira	47. Sandra Neves De Andrade
31. Lucas Roosevelt Ferreira Linhares	48. Sergio Guimaraes Ferreira
32. Luciana Xavier de Lemos Capanema	49. Vivian Machado dos Santos Correa Pereira
33. Luciane Fernandes Gorgulho	50. Walsey de Assis Magalhães
34. Luciano Bezerra Cordeiro	51. William do Nascimento Pires
35. Luiz Antonio Pazos Moraes	52. William George Lopes Saab
36. Luiz Daniel Willcox	53. Wu Yong Lei
37. Marcos Ferran	

Fonte: BNDES (2018e).

Anexo 3 – Especialistas do BNDES que participaram da elaboração da primeira versão do trabalho

Líder do produto: Helena Tenório Veiga de Almeida

Coordenação do produto: Lavinia Barros de Castro

Autores participantes:

Ana Christina Moreno Maia Barbosa

Ana Cristina Rodrigues da Costa

Artur Yabe

Andre Ferro dos Santos

Carlos Frederico Braz de Souza

Eduardo Kaplan Barbosa

Fabício Bianchi Catermol

Felipe Silveira Marques

João Paulo Pieroni

Lavinia Barros de Castro

Lucas Roosevelt Ferreira Linhares

Luciane Fernandes Gorgulho

Luiz Daniel Willcox de Souza

Fonte: BNDES (2018e).

Anexo 4 – Especialistas do BNDES que participaram das oficinas – oficinas prévias à elaboração da primeira versão do trabalho

Oficina de 6 de setembro de 2017	Oficina de 2 de outubro de 2017
1. Ana Christina Moreno Maia Barbosa	1. Alexandre Porciuncula Gomes Pereira
2. Ana Cristina Rodrigues da Costa	2. Bernardo Brazao Rego Mello
3. Andre Luiz Teixeira	3. Bernardo de Souza Leao Joppert
4. Bruno Albuquerque	4. Bruna Pretti Casotti
5. Carlos Frederico Braz de Souza	5. Daniel da Silva Grimaldi
6. Carlos Henrique Reis Malburg	6. Divina Gonzalez Romar
7. Dalmo dos Santos Marchetti	7. Fernanda Thomaz da Rocha
8. Eduardo Santos da Costa	8. Fernando Antunes de Oliveira Mantese
9. Elba Cristina Lima Rego	9. Francisco Ohana Pinto de Sant Ana
10. Fabricio Bianchi Catermol Cunha	10. Joao Carlos Fernandes Luzio
11. Felipe Silveira Marques	11. Joao Marco Braga da Cunha
12. Helena Tenorio Veiga de Almeida	12. Job Rodrigues Teixeira Junior
13. Irece Fraga Kauss Loureiro	13. Jose Roberto Vieira de Resende
14. Joao Paulo Carneiro de Holanda Braga	14. Laura Bedeschi Rego de Mattos
15. Joao Paulo Picanco Martins da Rocha	15. Laura Oliveira Vidon
16. Juliana de Mello Queiroz Santiago	16. Leticia Barbosa Pimentel
17. Lavinia Barros de Castro	17. Lilian Metelli Arcos de Oliveira Benjami
18. Lucas Roosevelt Ferreira Linhares	18. Marcia Souza Leal
19. Luciane Fernandes Gorgulho	19. Maria Caroline dos Santos Rangel
20. Luiz Antonio Pazos Moraes	20. Nathalia Farias Saad Rodrigues

(Continua)

(Continuação)

21. Luiz Daniel Willcox de Souza	21. Otavio Lobao de Mendonca Vianna
22. Patricia Zendron	22. Paula Barreto de Figueiredo Barsted
23. Pauliane das Virgens de Oliveira	23. Rodrigo de Melo Sosa
24. Paulo Castor de Castro	24. Sergio Guimaraes Ferreira
25. Ricardo Berer	25. Vitor Hugo Justino Ribeiro
26. Simone Saisse Lopes	
27. Vitor Paiva Pimentel	
28. Vivian Machado dos Santos Correa Pereira	
29. Wu Yong Lei	

Fonte: BNDES (2018e).

Figura 1 • Ideias-força do desenvolvimento

[illegible]

Fonte: Elaboração própria.




Nota: "X" = efeitos diretos; "x" = efeitos indiretos.

Anexo 6 – Temas e subtemas componentes das ideias-força do desenvolvimento

Econômicos

1	 Transformação produtiva e da infraestrutura econômica	3	 Avanço tecnológico contínuo e protagonismo em áreas-chave
1.1	 Logística	3.1	 Explorar e potencializar oportunidades existentes
1.2	 Energia	3.2	 Capital humano e ecossistema de inovação
1.3	 Telecomunicações		
1.4	 Indústria	4	 Financiamento ao desenvolvimento
1.5	 Agricultura	4.1	 Articulação do sistema de fomento e desconcentração do crédito
1.6	 Comércio e serviços	4.2	 Crédito (acesso e gestão de riscos)
2	 Inserção internacional competitiva	4.3	 Mercado de capitais
2.1	 Exportação/importação/internacionalização	4.4	 Inserção financeira internacional
2.2	 Posicionamento em fóruns comerciais e financeiros		

Sociais

5	 Transformação social e cidadã permanente e continuada	6	 Coesão territorial e direito à cidade
5.1	 Desigualdade, combate à pobreza e mobilidade social	6.1	 Saneamento
5.2	 Emprego digno (quantidade e qualidade)	6.2	 Mobilidade
5.3	 Cultura	6.3	 Planejamento
5.4	 Saúde	6.4	 Habitação
5.5	 Segurança	7	 Desenvolvimento regional
5.6	 Educação	7.1	 Promover oportunidades
5.7	 Direitos humanos, cidadania e participação social	7.2	 Redução de desigualdades
		7.3	 Pacto federativo
		7.4	 Gestão pública



Sustentabilidade

8		Vanguarda na agenda ambiental	9		Sustentabilidade como base para o desenvolvimento
8.1		Economia de baixo carbono	9.1		Biodiversidade e recursos naturais
8.2		Mudanças climáticas	9.2		Economia de base florestal
8.3		Protagonismo na agenda internacional	9.3		Internalização de riscos socioambientais nas decisões dos agentes
8.4		Captação e finanças verdes	9.4		Desmatamento
			9.5		Gestão hídrica

Anexo 7 – Agendas de desenvolvimento

Subtemas da dimensão econômica

1. Transformação produtiva e da infraestrutura econômica

1.1 Logística

Visão:

- Viabilizar a infraestrutura logística necessária à competitividade das empresas e equilibrar a matriz modal, com redução de custos logísticos para toda a economia.

Diretrizes:

- Obter planejamento sistêmico integrado e coordenar as instituições públicas responsáveis.
- Ampliar o uso dos modais ferroviário, hidroviário e aquaviário na matriz de transportes.
- Incentivar a intermodalidade.
- Ampliar as concessões e parcerias público-privadas (PPP) (estruturação eficiente, com adoção de práticas internacionalmente aceitas).
- Incentivar o uso de veículos, equipamentos e infraestrutura verde, mais eficientes e sustentáveis energeticamente.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Construção do planejamento da infraestrutura como frente da expansão industrial.
- Regulamentação competitiva nos transportes, abrindo mercado a novos negócios e atores.
- Integração modal.

- Elevação do investimento total (%PIB), público e privado.
- Implantação de projetos resilientes, com qualidade, viabilidade e boa governança.
- Desenvolvimento de operadores logísticos integradores capazes de criar soluções sustentáveis com base em tecnologia.

1.2 Energia

Visão:

- Diversificação da matriz de oferta de energia, com ampliação da segurança energética, buscando a sustentabilidade ambiental e a elevação do papel do consumidor como produtor de energia.

Diretrizes:

- Ampliar a participação das fontes renováveis não convencionais na matriz conforme metas do Acordo de Paris, com incentivo à geração distribuída.
- Fomentar tecnologias e produtos direcionados para ações de eficiência energética.
- Ampliar a inserção de tecnologia da informação (*smart grids*) como forma de permitir a elevação do papel do consumidor na produção de energia e obtenção de ganhos sistêmicos de eficiência.
- Considerar o entorno dos projetos no planejamento.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Estimular programas de conscientização sobre o consumo de energia.
- Incentivar o papel do consumidor como produtor de energia como resposta da demanda e dos preços.
- Fomentar investimentos em projetos de fontes renováveis de energia.
- Substituir o uso de combustíveis fósseis por fontes renováveis nos sistemas isolados.

1.3 Telecomunicações

Visão:

- Modernização permanente da infraestrutura de telecomunicações, aumentando a qualidade e a penetração dos serviços de conectividade, com impactos diretos na produtividade e competitividade do país em um contexto de transformação digital.

Diretriz:

- Universalizar a infraestrutura de banda larga por todo o território nacional, garantindo o acesso com qualidade e baixo custo.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Novo marco regulatório PLC 79/2016: garantir regras e instrumentos focados na priorização para a expansão da infraestrutura em regiões carentes/remotas.
- Descontingenciamento dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).
- BNDES: linha de financiamento para conectividade inclusiva. Viabilizar incentivo com recursos para equalização das taxas de juros.
- Desoneração dos serviços de telecomunicações.
- Fortalecimento dos provedores regionais.
- Preservação de fornecedores que desenvolveram tecnologia nacional na cadeia produtiva da indústria de telecomunicações.

1.4 Indústria

Visão:

- Mudança permanente da estrutura produtiva por meio de três motores (consumo de massa, atividades baseadas em recursos naturais e infraestrutura) direcionada a bens e serviços mais complexos e com maior produtividade, incorporando tecnologias emergentes de manufatura avançada e de transformação digital.

Diretrizes:

- Retomada da participação da indústria no PIB por meio de bens mais sofisticados e complexos.
- Modernização de processos industriais com ampliação da taxa de inovação.
- Maior integração entre a produção industrial e os serviços intensivos em conhecimento.
- Manutenção das vantagens competitivas existentes ligadas a recursos naturais.
- Ampliação das exportações com foco na média e alta tecnologia.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- (Re)industrialização por meio de desafios/missões (por exemplo, envelhecimento populacional, segurança, defesa nacional, economia verde, segurança energética, combate à pobreza e ampliação da mobilidade social).
- Adensamento de cadeias relacionadas às atividades baseadas em recursos naturais (*resource-based strategy*).
- Prioridade a setores/produtos emergentes reforçando os encadeamentos produtivos de alta densidade tecnológica (*leapfrog*).
- Reforço dos encadeamentos produtivos tradicionais que apresentam competitividade potencial.
- Apoio à difusão de tecnologias emergentes (interconectividade, automação, energias, nanotecnologia, novos materiais e biotecnologias) com foco no aumento de produtividade e aumento da complexidade dos produtos.

1.5 Agricultura

Visão:

- Garantir a competitividade dos diferentes segmentos do agronegócio, observando as questões de sustentabilidade e respeitando a diversidade regional brasileira.

Diretrizes:

- Manter vantagens competitivas existentes.

- Agregar valor tecnológico às cadeias existentes.
- Promover o desenvolvimento regional, de forma a otimizar suas potencialidades.
- Incentivar a fixação do jovem no campo.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Difundir tecnologias produtivas.
- Melhorar a infraestrutura – logística, armazenamento –, evitando perdas e reduzindo custo.
- Investir em tecnologias adequadas às especificidades regionais.
- Ampliar os modais de transportes.
- Manter mecanismos de crédito.
- Intensificar o cooperativismo como promotor de desenvolvimento local.

1.6 Comércio e serviços

Visão:

- Ampliar a competitividade do comércio e dos serviços existentes, com ênfase em serviços intensivos em conhecimento.

Diretrizes:

- Promover o desenvolvimento da competitividade em comércio e serviços.
- Promover maior integração entre os serviços intensivos em conhecimento e produção industrial.
- Incentivar a inovação em produto.
- Qualificar a inserção produtiva.
- Incentivar empresas intensivas em conhecimento.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Criar mecanismos de crédito que atendam à área de comércio e serviços, em especial às demandas das MPMEs.

- Incentivar polos de inovação.
- Ampliar o acesso à capacitação.
- Promover a difusão da tecnologia.
- Fortalecer a economia criativa como eixo de desenvolvimento.
- Fortalecer serviços com maior agregação de conhecimento e geração de empregos, como os serviços de engenharia e de turismo.

2. Inserção internacional competitiva

2.1 Exportação/importação/internacionalização

Visão:

- Ter uma participação mais relevante nos fluxos de comércio e investimento.

Diretrizes:

- Elevar, no longo prazo, as exportações líquidas brasileiras.
- Ampliar a participação das exportações brasileiras no mercado internacional.
- Adensar as cadeias produtivas domésticas relacionadas a setores exportadores de alta complexidade.
- Aumentar o número de empresas brasileiras atuando no exterior e as receitas provenientes de subsidiárias brasileiras no exterior.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Reduzir as deficiências de infraestrutura associada ao comércio exterior.
- Aperfeiçoar os mecanismos e instituições do sistema de apoio ao comércio exterior.
- Desenvolver novos instrumentos no sistema público de apoio ao comércio exterior e à internacionalização.
- Rever sistema de tributação de exportadores e fornecedores, importações/*drawback* e investimento no exterior.
- Reforçar iniciativas e instrumentos de defesa comercial.

2.2 Posicionamento geopolítico em fóruns comerciais e financeiros

Visão:

- Ser um país com voz e voto em fóruns internacionais, com capacidade de influenciar decisões.

Diretrizes:

- Expandir a relevância do Brasil em organizações internacionais e fóruns comerciais e financeiros.
- Ampliar o número de representantes em fóruns e organismos internacionais ligados ao comércio e às finanças.
- Aumentar a qualificação dos representantes, com especialistas nos temas.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Promover interesses nacionais, em especial em comércio exterior, investimentos e integração.
- Atuar de forma coordenada na defesa dos interesses comerciais e estratégicos do Brasil com o uso de instrumentos financeiros e diplomáticos (público-público).
- Expandir a presença da diplomacia comercial brasileira em setores e países de maior potencial competitivo (público-privado).
- Desenvolver iniciativas de integração regional.
- Participar de fóruns internacionais, em especial para tratamento de temas comerciais, empresariais, financeiros e regulatórios, que sirvam à criação e/ou consolidação de espaços econômicos de que possam se beneficiar os agentes econômicos nacionais.

3. Avanço tecnológico contínuo e protagonismo em áreas-chave

3.1 Explorar e potencializar oportunidades existentes

Visão:

- Elevar a produtividade das empresas brasileiras para níveis internacionais pela incorporação da inovação em áreas estratégicas com oportunidades identificadas.

Diretrizes:

- Elevar a produtividade das empresas brasileiras para patamares internacionais registrados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- Aumentar o encadeamento produtivo, reduzindo as incertezas e riscos das demandas da inovação.
- Desenvolver alternativas produtivas visando aumentar a complexidade das regiões econômicas, especialmente as menos desenvolvidas.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Aumentar a sinergia entre os atores regionais.
- Mapear as potencialidades das diferentes regiões.
- Identificar as oportunidades de negócios.
- Definir a vocação de cada região com os atores locais.
- Incentivar o empreendedorismo.

3.2 Capital humano e ecossistema de inovação

Visão:

- Ser referência em um ecossistema inovador.

Diretrizes:

- Incorporar a inovação na cultura e no cotidiano das empresas brasileiras.
- Criar uma agenda única para integrar as ações dos diferentes atores.
- Melhorar o ambiente de negócios.
- Aumentar o nível de capacitação na área de tecnologia e em língua inglesa dos profissionais do setor produtivo.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Desburocratizar a abertura de empresas (permitir abertura e fechamento de empresas em cartórios).
- Facilitar o acesso ao crédito e mercado de capitais às micro e pequenas empresas.
- Construir competências orientadas aos objetivos e potencialidades.
- Incentivar projetos que promovam parcerias entre universidades e empresas.
- Estimular a construção de parques tecnológicos e arranjos produtivos locais (APL) com base na identificação das potencialidades regionais.

4. Financiamento ao desenvolvimento

4.1 Articulação do sistema de fomento e desconcentração do crédito

Visão:

- Sistema de fomento fortalecido e articulado, alcançando crédito desconcentrado econômica e regionalmente.

Diretrizes:

- Ter recursos com condições adequadas para o atendimento das prioridades regionais.
- Desenvolver condições, canais e produtos diferenciados dos agentes de fomento nacionais para agentes subnacionais.

- Criar políticas e instrumentos de crédito diferenciados no SNF.
- Promover maior segurança jurídica na concessão e recuperação do crédito.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Planejamento estratégico conjunto das instituições de fomento nacionais, regionais e locais.
- Ampliação dos mecanismos de intercâmbio de informações entre agentes de fomento nacionais, regionais e locais.
- Captação conjunta para obter fontes de recursos que propiciem condições diferenciadas ao desenvolvimento.
- Criação de regulamentos diferenciados para projetos de desenvolvimento viáveis que não atendem às regras atuais de crédito.
- Estímulo de parcerias que disseminem o uso de tecnologias bancárias.

4.2 Crédito (acesso e gestão de riscos)

Visão:

- Apoiar a promoção do desenvolvimento econômico e social do país por meio da ampliação e melhoria do acesso ao crédito com prudência e responsabilidade.

Diretrizes:

- Desenvolver e aplicar novas metodologias de M&A de projetos de investimentos que contemplem o impacto sobre o desenvolvimento econômico e social.
- Criar produtos que aumentem o acesso ao crédito em nichos com grande potencial de impacto econômico e social não atendidos pelo setor privado.
- Inovar na modelagem e utilização de instrumentos de garantia, seguros e *hedge* que permitam a ampliação do acesso ao crédito para projetos de investimentos viáveis.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Estudar e avaliar práticas e arranjos institucionais de sistemas de concessão de crédito e de análise de garantia e seguros de outros países.
- Criar um sistema nacional de garantias.
- Estabelecer parcerias para operação e capacitação (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, associações empresariais, *fintechs*).
- Priorizar as menores taxas para os produtos com maior potencial de retorno econômico social para o desenvolvimento.
- Trabalhar *funding* adequado para estimular o desenvolvimento.

4.3 Mercado de capitais

Visão:

- Elevar a participação do mercado de capitais no fomento ao desenvolvimento.

Diretrizes:

- Elevar a emissão de títulos de desenvolvimento sustentável e estimular novos instrumentos (*crowdfunding*, institutos de crédito oficial – ICO etc.).
- Ampliar o número de ofertas públicas iniciais (IPO), o mercado de *private equity* (PE) e *venture capital*.
- Ampliar o acesso de pequenas e médias empresas ao mercado de capitais.
- Reduzir as disparidades entre as regiões no acesso e conhecimento de mercado de capitais.
- Ampliar a liquidez (mercados secundários).
- Ampliar fundos de crédito.
- Estimular o capital semente e o investidor-anjo.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Aprimorar o marco regulatório (simplificar, reduzir taxas de emissão, blindar os fundos para que não ocorra a desconsideração da personalidade jurídica de fundos de investimento, limitar a responsabilidade dos investidores em fundos de PE).
- Promover melhores práticas de governança para ampliar o número de emissões e fornecer serviços de apoio para acesso ao mercado de capitais (redução de custo).
- Incentivar bancos a atuar nos mercados primário e secundário. Ampliar *market making* (Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, entre outros).
- Incentivar empresas a emitir títulos ou outros instrumentos de captação no mercado de capitais (por exemplo, China: se tiver incentivo fiscal, necessita abrir capital).
- Estimular fundos fechados (empacotar pequenas e médias empresas para possibilitar a entrada de investidores que exigem *ticket* maior).

4.4 Inserção financeira internacional

Visão:

- Transformar o Brasil em um ator relevante no mercado financeiro internacional.

Diretrizes:

- Ampliar a captação de recursos (via títulos, empréstimos etc.) no mercado internacional (em dólar, euro, reais etc.).
- Atrair investidores internacionais.
- Ampliar a representação de interesses financeiros e comerciais por meio de escritórios/veículos no exterior, para captação de recursos, atração de investidores para o mercado brasileiro e apoio a exportações brasileiras.
- Ampliar oferta de *hedge* cambial para atrair investidores externos.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Estimular a presença de instituições financeiras nacionais no mercado internacional (acordos de tributação, proximidade com Itamaraty, entre outros).
- Criar mecanismos de compensação que reduzam a volatilidade do real (sobervalorização ou desvalorização – coordenação comercial e financeira).
- Conceder isenção da retenção de Imposto de Renda (Withholding Tax) para bancos de desenvolvimento na captação internacional de recursos.
- Ampliar parcerias entre bancos de desenvolvimento nacionais e multilaterais.
- Criar veículos para comprar *bonds* de empresas brasileiras no exterior.
- Ofertar *hedge* cambial (por exemplo, *swap*): casamento de fluxos de clientes (por exemplo, exportador e importador), cobrando um *spread* (risco da contraparte).

Subtemas da dimensão social

5. Transformação social e cidadã permanente e continuada

5.1 Desigualdade, combate à pobreza e mobilidade social

Visão:

- Reduzir as desigualdades sociais, eliminando a extrema pobreza de forma sustentável e continuada.

Diretrizes:

- Gerar trabalho e empregos dignos, nas diferentes regiões e territorialidades do país.

- Viabilizar avanços referentes aos ODS, como combate à pobreza e à fome e alcance da segurança alimentar, assegurando uma vida saudável e educação inclusiva e de qualidade.
- Promover o crescimento econômico inclusivo, sustentável e decente e a acessibilidade de bens e serviços de qualidade.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Promover ações voltadas ao aumento da escolaridade.
- Promover programa de atenção primária.
- Criar programas para revalidação de diplomas de refugiados.
- Promover ações para ampliar acesso às tecnologias sociais e microfinanças.
- Garantir a efetividade dos programas de alimentação escolar.
- Dedicar recursos para desenvolvimento das zonas rurais e agricultura sustentável apoiando os agricultores familiares, especialmente as mulheres e jovens.

5.2 Emprego digno (quantidade e qualidade)

Visão:

- Ser um país que proporcione oportunidades de trabalho e emprego digno nas diferentes regiões, capaz de romper o ciclo de pobreza e reduzir as desigualdades.

Diretrizes:

- Gerar trabalho e empregos dignos, nas diferentes regiões e territorialidades do país.
- Reduzir as desigualdades, como de gênero e raça.
- Desenvolver um ecossistema propício ao empreendedorismo.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Articular uma política de formação profissional com a estratégia econômica.
- Sensibilizar sobre as desigualdades e estimular políticas para a promoção da equidade.
- Promover instrumentos e instituições que fortaleçam o empreendedorismo.

5.3 Cultura

Visão:

- Preservar e valorizar a cultura brasileira promovendo o reforço da cidadania e identidade cultural da população e incentivar os bens e arranjos culturais com a qualificação e a inovação da produção cultural no país.

Diretrizes:

- Estimular o senso de pertencimento da população, valorizando a identidade cultural.
- Fomentar a indústria cultural e os meios de distribuição.
- Facilitar o acesso da população a bens e serviços culturais.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Criar um ambiente propício ao investimento para o desenvolvimento social e cultural.
- Promover arranjos e parcerias, observadas as características culturais e institucionais locais.
- Preservar e valorizar o patrimônio imaterial.
- Gerar atividades econômicas com base na identidade cultural das regiões.
- Criar novos instrumentos de financiamentos às atividades culturais.
- Promover a formação profissional no campo da cultura.

5.4 Saúde

Visão:

- Tornar o Brasil referência entre os sistemas universais de saúde, com ênfase em prevenção e bem-estar.

Diretrizes:

- Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS).
- Ampliar a ênfase concedida à atenção primária.
- Melhorar a competitividade da indústria de saúde.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Criar mecanismos de financiamento direcionados para o SUS.
- Ajustar a formação de profissionais com ênfase em prevenção e bem-estar.
- Viabilizar arranjos inovadores de prestação de serviços públicos em todo o território nacional.
- Implantar modelos centrados na prevenção e bem-estar.
- Melhorar a coordenação das informações (por exemplo, formulário eletrônico), articulando os diversos níveis de complexidade do sistema e os diferentes entes federativos.
- Melhorar a gestão das unidades de saúde.

5.5 Segurança

Visão:

- Ter uma segurança pública cidadã, que garanta ao brasileiro a liberdade de ir e vir, transacionar e se expressar em qualquer parte do país.

Diretrizes:

- Reduzir a taxa de homicídios para o padrão médio da OCDE.
- Reduzir substancialmente as mortes dos agentes públicos.
- Eliminar o crime organizado.
- Tratar o problema da drogadição como saúde pública.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Usar intensamente as tecnologias de informação e comunicação (TIC) na identificação de manchas de calor e investigação criminal.
- Combater o crime organizado com ocupação territorial, gestão eficiente do sistema prisional, combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de armas.
- Promover a articulação entre os agentes de segurança para operação integrada: prevenção criminal e justiça criminal.
- Elaborar programas sociais articulados com a estratégia de prevenção à violência.

5.6 Educação

Visão:

- Ter um sistema educacional universal e de qualidade que prepare a sociedade para o exercício da cidadania e os desafios contemporâneos.

Diretrizes:

- Aprimorar a universalização do ensino básico.
- Reduzir a distorção da idade/série para nível médio da OCDE.
- Diminuir o hiato do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) entre ensino público e privado, e entre diferentes regiões.
- Atingir a meta da OCDE no Programme for International Student Assessment (Pisa).

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Aprimorar a gestão e governança da rede pública.
- Estimular o uso das tecnologias digitais na educação.
- Investir na qualificação dos docentes e gestores.
- Intensificar a cooperação entre entes federados, instituições privadas e demais atores.

5.7 Direitos humanos, cidadania e participação social

Visão:

- Ser um país em que os direitos humanos da população sejam garantidos de forma plena e a participação e a cidadania sejam exercidas de maneira efetiva.

Diretrizes:

- Fortalecer o protagonismo e a autonomia da população, promovendo círculos virtuosos de participação e controle social no planejamento e prestação de contas.
- Viabilizar avanços referentes aos ODS, em particular ao que tange ao objetivo 16.
- Alcançar igualdade de gênero e etnia em todos os seus aspectos e promover amplo acesso de igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Atuar de forma diferenciada com o poder público, financiando investimentos para o desenvolvimento social e cultural atrelados a metas de cobertura e desempenho.
- Promover arranjos inovadores de participação e controle social efetivos, observadas localmente as características culturais e institucionais.
- Apoiar redes de proteção da infância, adolescência e suas famílias.
- Promover instrumentos que viabilizem a participação e empoderamento das minorias e pessoas vulneráveis.

6. Coesão territorial e direito à cidade

6.1 Saneamento

Visão:

- Viabilizar o saneamento ambiental de qualidade em todo o Brasil.

Diretrizes:

- Contribuir para a universalização do saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos e drenagem) por meio do apoio a investimentos em expansão e melhorias, diminuindo as desigualdades regionais e sociais.
- Planejamento e gestão:
 - Fortalecer a capacidade técnica e de gestão do poder concedente (municípios), dos prestadores e dos entes reguladores.
 - Melhorar o planejamento, em especial nos níveis estadual e municipal.
 - Aprimorar as relações interfederativas.
- Disponibilidade de recursos: aumentar a oferta e perenidade de fontes de financiamento (onerosos e não onerosos) para o setor.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Priorização dos investimentos em saneamento no orçamento público, baseando as dotações no planejamento.
- Legislação que garanta a concretização dos programas orçamentários e maior perenidade dos recursos.
- Aumento do limite de crédito disponível para investimentos em saneamento por entes públicos e exclusão de empresas sustentáveis economicamente do limite estabelecido.
- Garantia de *funding* adequado para financiamentos ao setor (avaliar possibilidade de subsídio explícito).
- Incentivo à formulação dos Planos Municipais de Saneamento Básico com qualidade.
- Investimento em desenvolvimento institucional dos prestadores, com foco na capacitação de equipes e construção de um banco de projetos.
- Capacitação e fortalecimento institucional dos entes reguladores e supervisão destes por um órgão federal.
- Edição de medidas que regulamentem mais claramente a prestação de serviços de saneamento em regiões metropolitanas.

- Edição de resolução que discipline os limites e condições de endividamento dos consórcios públicos.

6.2 Mobilidade

Visão:

- Priorizar o investimento em mobilidade como uma das principais ferramentas para a ampliação do impacto no desenvolvimento, para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, sustentabilidade e redução das desigualdades.

Diretrizes:

- Aumentar a participação privada, coordenada pelo setor público.
- Ampliar a oferta de infraestrutura de transportes públicos coletivos.
- Racionalizar a expansão urbana e ampliar a qualidade e eficiência da mobilidade urbana.
- Promover uma matriz de transporte ambientalmente “limpa”.
- Melhorar a mobilidade intrarregional, em regiões menos dinâmicas.
- Ampliar o volume de investimentos na implantação de projetos estruturantes de alta e média capacidade.
- Reduzir o tempo de deslocamento casa-trabalho e priorizar o transporte coletivo em detrimento do transporte motorizado individual.
- Racionalizar a infraestrutura existente, visando a redução de ineficiências e melhoria da qualidade do serviço prestado.
- Priorizar o transporte individual não motorizado (bicicleta e a pé).

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Investimento em tecnologia mais limpa.
- Obtenção de recursos para o transporte público, via oneração do transporte individual motorizado (uso de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide, pedágio urbano, cobrança de estacionamento em via pública etc.).

- Uso de tecnologias para melhoria do transporte coletivo (semaforização eletrônica etc.).
- Concessão de prioridade à constituição de planos de mobilidade, em alinhamento com a Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- Estabelecimento de processos de M&A de políticas públicas e investimentos realizados.
- Continuidade e previsibilidade de financiamento no setor.
- Incentivo a arranjos com aumento da participação privada (concessão, PPP).
- Articulação entre as esferas do poder público.

6.3 Planejamento

Visão:

- Usar e integrar instrumentos públicos de planejamento estratégico e de longo prazo para a constituição da política urbana, aumentando a transparência na definição das prioridades de investimentos e a participação cidadã, de forma a viabilizar a prestação eficiente de serviços públicos, a racionalização da infraestrutura existente, o uso eficiente de recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida nas cidades, com ênfase na sustentabilidade e redução das desigualdades.

Diretrizes:

- Fortalecer a capacidade fiscal, técnico-operacional e de planejamento de estados e municípios.
- Aprimorar os mecanismos de transparência de gestão pública e controle social.
- Fortalecer a capacidade técnica local e a colaboração entre entes federativos (por exemplo, modelo Paraná cidades).
- Utilizar o plano diretor estratégico como instrumento de construção da política urbana, devidamente articulado com os planos setoriais.
- Constituir instrumentos de planejamento com foco em financiabilidade, factibilidade das ações e viabilidade.

- Fomentar arranjos para ampliar a consciência socioambiental e participação cidadã.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Criação de estrutura organizacional com papel de articulação, capilarização e apoio na constituição de práticas exitosas de planejamento urbano e sustentável.
- Fortalecimento das cidades médias, particularmente nas regiões Nordeste e Norte.
- Política tributária redutora de desigualdades.
- Indução de boas práticas de planejamento urbano sustentável, com transparência e controle social.
- Otimização de custos e despesas e melhoria dos instrumentos de gestão pública, objetivando a dinamização e modernização da ação governamental.
- Estabelecimento de processos de M&A de políticas públicas e investimentos realizados.

6.4 Habitação

Visão:

- Possibilitar o acesso à moradia digna para toda a população, incluindo o acesso à cidade com infraestrutura e serviços básicos.

Diretrizes:

- Reduzir o déficit habitacional (quantitativo e qualitativo – urbanização precária).
- Adensar áreas urbanas (cidade compacta) – promoção do crescimento intensivo e não extensivo dos centros urbanos.
- Garantir o uso social da propriedade urbana.
- Utilizar as áreas urbanas de forma mista, tanto em relação à finalidade (moradia, comercial etc.) quanto em relação aos extratos de renda.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Fomento a programas habitacionais de interesse social (coordenação entre setor público e empreendedores imobiliários para implementação de políticas de habitação de interesse social, com foco no interesse público).
- Fomento a programas de urbanização integrada em áreas de vulnerabilidade.
- Implementação de programas de aluguel social (conhecer experiências internacionais).
- Ampliação das formas de captação de recursos e estruturação de mecanismos adequados de financiamento.
- Estímulo à cooperativa de crédito e consórcios habitacionais.
- Reaproveitamento/*retrofit* de habitações, em especial em centros históricos.
- Mapeamento de terrenos públicos em áreas com disponibilidade de infraestrutura.

7. Desenvolvimento regional

7.1 Promover oportunidades regionais

Visão:

- Ser o protagonista no processo de empoderamento de atores locais e regionais atuando por redes inteligentes.

Diretrizes:

- Fomentar o desenvolvimento endógeno.
- Fortalecer a inteligência competitiva local.
- Criar programas de financiamento ao desenvolvimento, considerando as vocações e demandas locais.
- Fortalecer a governança entre as instâncias federal, regional e local.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Utilizar as instituições de fomento como protagonistas do desenvolvimento regional.

- Fortalecer financeiramente as instituições de fomento para ampliar a capacidade de financiamento.
- Criar fundos para financiamentos regionais em todas as regiões, respeitando as necessidades locais.

7.2 Redução de desigualdades regionais

Visão:

- Ter disponível um conjunto completo de ferramentas (capacitação, infraestrutura, recursos) para que as populações locais promovam o desenvolvimento.

Diretrizes:

- Efetiva redução de desigualdade de renda.
- Estrutura social mínima para a população.
- Política para aplicação de recursos com foco na redução das desigualdades regionais.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Investir em educação e formação empreendedora com infraestrutura suficiente.
- Promover a organização da sociedade civil em entidades representativas.
- Impulsionar a gestão inteligente dos recursos públicos.
- Aplicar mais recursos nas regiões deprimidas pelos agentes financeiros regionais.
- Priorizar o impacto na concessão de recursos.

7.3 Pacto federativo

Visão:

- Ter o pacto federativo como estimulador do equilíbrio de responsabilidades entre os entes federativos e melhor compartilhamento de recursos fiscais.

Diretrizes:

- Criar o marco regulatório para operação de crédito com consórcios públicos.
- Promover uma redistribuição fiscal equilibrada entre os entes federativos.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Fomentar a discussão sobre o financiamento público/privado para consórcios públicos.
- Reunir casos de sucesso de gestão pública consorciada.
- Capacitar funcionários públicos para gestão consorciada de bens e serviços públicos.
- Estimular a discussão da distribuição tributária.
- Aprimorar os Fundos Constitucionais (FC) e os Fundos de Desenvolvimento (FD).

7.4 Gestão pública

Visão:

- Ter uma rede de gestão pública integrada, com dinamização da troca de experiências de gestão que ofereça condições de acesso democrático a bens e serviços públicos.

Diretrizes:

- Criar sistemas públicos interoperáveis.
- Aumentar o engajamento e participação social no planejamento e controle das ações.
- Aumentar a oferta dos serviços públicos por meio eletrônico.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Utilização de novas tecnologias para a participação da sociedade na formulação das políticas públicas, utilizando ferramentas de governo eletrônico.

- Preservação e fortalecimento dos organismos nacionais e regionais voltados para a promoção do desenvolvimento.
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento do desenvolvimento regional.

Subtemas da dimensão sustentável

8. Vanguarda na agenda ambiental

8.1 Economia de baixo carbono

Visão:

- Apoiar a transição para uma economia com baixa intensidade de carbono.

Diretrizes:

- Aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética (elétrica e de transportes).
- Incorporar nos planos de governo o incentivo para a descarbonização da economia (por exemplo, Plano Safra, Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC, Plano Decenal de Energia – PDE, RenovaBio etc.).
- Mobilizar esforços para articulação institucional (pública e privada) em prol da transição para uma economia de baixo carbono.
- Difundir o conceito de Economia Circular (reciclagem, uso compartilhado etc.).

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias limpas.
- Ser um ator relevante na discussão sobre a precificação de carbono (por exemplo, Projeto PMR Brasil, do Ministério da Fazenda e Banco Mundial).
- Participar de espaços de proposição para influenciar a transição para uma economia de baixo carbono.

- Incentivar os governos estaduais e municipais para estabelecer metas de participação de tecnologias de baixo carbono em concessões e PPPs (transportes, resíduos, saneamento).

8.2 Mudanças climáticas

Visão:

- Ser um ator relevante para atingir a meta brasileira do Acordo de Paris e na execução do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA).

Diretrizes:

- Considerar os impactos das mudanças climáticas na análise de projetos.
- Participar ativamente dos fóruns nacionais e internacionais, exercendo liderança nos fóruns de finanças climáticas.
- Apoiar a adaptação das cidades aos impactos das mudanças climáticas.
- Tornar a infraestrutura resiliente aos impactos das mudanças climáticas.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Desenvolvimento de novos produtos financeiros para projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- Troca de experiências com outras instituições que exercem papel de liderança em mudanças climáticas, incluindo aproximação com a Academia.
- Apoio à inclusão da variável climática nos planos diretores das cidades, PPPs e concessões.

8.3 Protagonismo na agenda internacional

Visão:

- Ser um ator relevante e mobilizador na agenda ambiental internacional.

Diretrizes:

- Antecipar-se aos movimentos do mercado doméstico e internacional.
- Dar maior agilidade ao empacotamento de projetos verdes.

- Participar ativamente de fóruns internacionais e locais, exercendo liderança.
- Articular objetivos e visões conjuntas com o setor público-privado.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Ampliar a articulação entre as instituições de fomento nacionais, o governo brasileiro e atores-chave internacionais nas negociações globais.
- Aumentar a transparência e disseminação dos resultados dos investimentos verdes de forma a ampliar a reputação dos projetos brasileiros.
- Expandir a presença e visibilidade em eventos internacionais.
- Criar um fórum de finanças para o financiamento verde.

8.4 Captação e finanças verdes

Visão:

- Ser o agente de transição para uma economia mais sustentável por meio da captação e difusão de finanças verdes.

Diretrizes:

- Expandir e adequar os instrumentos de financiamento a projetos socioambientais.
- Criar novos mecanismos de financiamento verde.
- Sensibilizar diversos atores em diferentes níveis e regiões do país.
- Estudar novas formas de apoio ao financiamento verde (por exemplo, BioCoin).
- Induzir a participação do setor privado de forma a alavancar o financiamento de projetos verdes.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Capacitar os agentes financeiros em projetos socioambientais.
- Habilitar instituições de fomento para o acesso a recursos estrangeiros.
- Incentivar a certificação de emissões de títulos de dívidas de projetos.
- Estimular a criação de fundos ligados a finanças verdes.

- Alinhar normas e procedimentos críticos das instituições de fomento de forma a facilitar as captações.
- Identificar e fomentar instrumentos de negócios sustentáveis com alto impacto.

9. Sustentabilidade como base para o desenvolvimento

9.1 Biodiversidade e recursos naturais

Visão:

- Promover os serviços ecossistêmicos necessários ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, bem como o uso sustentável de recursos naturais.

Diretrizes:

- Promover: o manejo sustentável de florestas; a restauração florestal de 12 milhões de hectares; os plantios biodiversos, sistemas agroflorestais, plantios florestais intercalados e plantios homogêneos de árvores tropicais; e as Unidades de Conservação.
- Minimizar a erosão da diversidade de plantas e animais.
- Estimular o uso sustentável de recursos naturais (solo, água e outros).

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Promover atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade.
- Incentivar a adoção de estratégias setoriais que coíbam o desmatamento ilegal.
- Estruturar financiamento de recuperação da cobertura vegetal em escala.
- Criar sistemas de garantias para operações reembolsáveis.
- Realizar chamadas públicas para projetos não reembolsáveis de restauração vegetal.

- Orientar, fomentar, estruturar e agilizar projetos de financiamento de acordo com as especificidades regionais.
- Integrar ações de organismos que tratam da biodiversidade com o SNF buscando elaborar sinergias que permitam compartilhar informações sobre setores/áreas estratégicas, bem como agilizar o licenciamento dos projetos que atendam às metas regionais e coordenar o fomento.

9.2 Economia de base florestal

Visão:

- Desenvolver uma cadeia de valor, buscando atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, com atratividade econômica.

Diretrizes:

- Aumentar a formalização para pequenos produtores (espécies nativas).
- Desenvolver a integração entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, buscando melhor definição de competência em relação às questões florestais.
- Ampliar a capacitação gerencial e técnica para implementação das atividades de base florestal.
- Promover canais para comercialização de forma legalizada, com a inserção internacional.
- Fomentar a pesquisa científica com foco no desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades da biodiversidade para utilização, como fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros do interesse da indústria.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Formar arranjo entre Sebrae, governo e Academia para capacitação dos pequenos produtores, com foco na formalização e comercialização dos produtos.
- Proporcionar o acesso a produtos financeiros adequados à atividade desenvolvida.

- Promover ações para fomentar o cooperativismo das atividades entre os pequenos produtores.

9.3 Internalização de riscos socioambientais nas decisões dos agentes

Visão:

- Incorporar a identificação de riscos socioambientais na tomada de decisão.

Diretrizes:

- Definir procedimentos para identificação e avaliação dos riscos socioambientais no processo de concessão de crédito.
- Estabelecer padrões mínimos para projetos e clientes.
- Criar parâmetros para avaliação de carteira.
- Identificar projetos com características sustentáveis e também com elevado risco ambiental.
- Introduzir mitigadores de riscos socioambientais para projetos.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Incentivar o crédito para redução dos riscos ambientais.
- Estabelecer articulação com agentes públicos e privados, respeitando as especificidades regionais e os agentes de fomento.
- Aperfeiçoar a coleta de informações de parâmetros socioambientais.
- Desenvolver metodologias simplificadas para avaliação do risco socioambiental em projetos de menor porte.

9.4 Desmatamento

Visão:

- Tornar o Brasil referência mundial em redução de emissão de carbono em relação à mudança do uso do solo.

Diretrizes:

- Fomentar alternativas energéticas para reduzir a utilização do carvão (por exemplo, uso de biogás e substituição de equipamentos que utilizam carvão).
- Aumentar a produtividade no campo, por plantio de precisão e recuperação de pastagem, para evitar o desmatamento.
- Estimular o desenvolvimento de atividades econômicas para o uso sustentável da floresta em pé.
- Promover a recuperação de áreas desmatadas e degradadas.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Aumentar a produtividade no campo, por plantio de precisão e recuperação de pastagem, para evitar o desmatamento.
- Adequar as ferramentas financeiras para a recuperação das áreas degradadas.

9.5 Gestão hídrica

Visão:

- Promover o desenvolvimento sustentável por meio do planejamento e da gestão otimizada da utilização dos recursos hídricos.

Diretrizes:

- Fortalecer a política nacional de recursos hídricos, contribuindo para a implementação efetiva do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.
- Promover a segurança hídrica, permitindo usos múltiplos da água com eficiência.
- Estimular o escoamento de produtos por via fluvial.

Estratégias e principais atores (quando pertinente):

- Elaborar estudos para verificar a viabilidade do potencial hídrico para uso em transportes.
- Criar a infraestrutura de irrigação de acordo com as especificidades regionais.
- Desenvolver a estrutura hidráulica para geração de energia hidroelétrica.

- Estruturar soluções para integração de bacias hidrográficas, recuperação de mananciais, construção e segurança de barragens e plantas de dessalinização.
- Integrar ações de gestão de recursos hídricos a ações de biodiversidade (por exemplo, matas ciliares).

